

# A RELEVÂNCIA DO PNAES PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO IFCE- CAMPUS CRATEÚS

Janete Lima Carvalho<sup>1</sup>  
Antonia Karla Bezerra Gomes<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como temática de estudo as possíveis contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para a permanência dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús. O PNAES dispõe de diversas assistências estudantis nas Instituições Federais do Ensino Superior (IFES). Dessa forma, a pesquisa teve por objetivo analisar especificamente os possíveis impactos dos auxílios alimentação, transporte e moradia. Para isso, foram utilizadas as abordagens quantitativas e qualitativas, com a finalidade de obter um panorama dos efeitos referente à política. A pesquisa bibliográfica está ancorada em CARVALHO; ESTRADA (2022), DUTRA; SANTOS (2017), KOWALSKI (2012) e VARGAS (2008). Diante disso, buscou-se uma aplicação de questionário pelo *Google Forms*, tendo por alvo os estudantes regularmente matriculados da turma do 7º semestre do Curso de Licenciatura em Geografia do IFCE-Crateús, com a finalidade de realizar um levantamento de alunos que recebem/receberam os auxílios e buscar relatos sobre esses recursos. Ademais, foi realizada uma entrevista com a Coordenação de Assuntos Estudantis - CAE, a fim conhecer a efetivação deste no curso de Licenciatura em Geografia. Os resultados obtidos indicaram que apesar das limitações existentes no PNAES a assistência estudantil por meio dos auxílios presentes no IFCE, como moradia, transporte e alimentação, tem permitido a permanência de muitos discentes no ensino superior.

**Palavras-chave:** IFCE campus Crateús, Formação de professor de Geografia, Permanência e Êxito, PNAES.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade realizar uma explanação acerca da importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES para os estudantes licenciandos em Geografia, curso presente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús.

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - IFCE, Campus de Crateús, [janete.carvalho08@aluno.ifce.edu.br](mailto:janete.carvalho08@aluno.ifce.edu.br);

<sup>2</sup> Professora orientadora: Professora de fundamentos da educação, no IFCE campus Crateús, Mestra em avaliação de políticas públicas, [karla.gomes@ifce.edu.br](mailto:karla.gomes@ifce.edu.br).

O PNAES enquanto política pública analisada neste trabalho presta-se a disponibilizar assistência estudantil aos graduandos dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) de baixa renda dos cursos superiores de ensino presencial na esfera de domínio público, com o intuito de ofertar condições de igualdade de oportunidades, apoiando assim a permanência destes, além de buscar a melhoria no desenvolvimento acadêmico e minimizar situações de evasão e repetência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

São diversas as áreas que o programa preza por dispor de assistência: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O trabalho em questão se destinou a analisar os efeitos deste programa especificamente nas áreas de assistência de moradia, alimentação e de transporte, na turma do 7º semestre do curso de Licenciatura em Geografia do IFCE - Campus Crateús.

Os suportes financeiros ofertados pelo PNAES podem ter um significativo potencial para promoção da igualdade. Os auxílios realizam uma grande inclusão de estudantes de diferentes origens e enriquecem a experiência educacional no ensino superior, trazendo perspectivas diversas para o ambiente acadêmico. Além disso, condições de acesso e permanência em espaços educacionais qualificados podem resultar em um desenvolvimento de uma consciência coletiva da classe trabalhadora, tecendo caminhos para uma emancipação humana com base na compreensão crítica da realidade (CARVALHO; ESTRADA, 2022).

O trabalho está estruturado em quatro seções além da presente introdução. A primeira realiza uma breve explanação das metodologias utilizadas juntamente com suas finalidades. Na segunda tem-se a discussão teórica a respeito do PNAES enquanto política educacional de assistência estudantil. Em seguida encontra-se as análises e principais resultados dos levantamentos realizados e por fim, as considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Para esta análise realizou-se uma pesquisa bibliográfica à luz de CARVALHO; ESTRADA (2022), DUTRA; SANTOS (2017), KOWALSKI (2012) e VARGAS (2008), com a finalidade de analisar brevemente o surgimento desta política educacional. Além disso, foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas. Como forma de conhecer apuradamente os efeitos deste programa no IFCE - Campus Crateús, buscou-se realizar

uma entrevista com a Coordenação de Assuntos Estudantis - CAE, no intuito de conhecer a efetivação dos auxílios no curso de Licenciatura em Geografia, onde uma pergunta subjetiva foi aplicada a servidora assistente social do campus. Na turma do 7º semestre, as pesquisas ocorreram através de uma aplicação de questionário pelo *google forms*, a fim de compreender a importância desses auxílios para aqueles estudantes licenciandos, que foram ou não beneficiados com essa política, tendo assim um panorama da importância desta. Foram aplicadas quatro perguntas que giraram em torno do quantitativo de estudantes contemplados e não contemplados com os auxílios e como estes os avaliavam.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As várias políticas educacionais existentes podem influenciar/impactar de diversas formas (positivamente ou negativamente) as vidas pelas quais essas políticas perpassam. Neste trabalho utiliza-se a definição de política educacional segundo a concepção de Santos (2013):

[...] toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade [...] (SANTOS, 2013, p. 3).

Sendo o PNAES uma política educacional, cabe a nós, estudantes, professores, ou aqueles que são impactados indiretamente, refletir sobre este e analisá-lo. Para isso, se faz necessário conhecer a sua gênese, ou seja, o contexto no qual a referida política adveio, para que assim, possa-se conhecê-la de forma mais próxima e apurada. Ainda conforme Santos (2013, p. 8) “toda Política Educacional pode ser compreendida a partir do texto, contexto, intencionalidade e suas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

O surgimento do PNAES está ligado intimamente com o processo de desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Esta temática veio a ser enfatizada e intensificada no âmbito nacional a partir de 1960. Sobre esta, Kowalski (2012, p. 83), entende que, no Brasil, ela pode ser compreendida em três fases:

A primeira fase compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A partir desse momento, identifica-se uma segunda fase na qual há um espaço

propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da PAE nas universidades brasileiras. Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais. (KOWALSKI, 2012, p. 83)

Assim, entende-se que essa política possibilitou uma “abertura” para outras políticas destinadas ao ensino superior. Tendo em vista esse pensamento, compreende-se que o PNAES é fruto do desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil, ou seja, passou pelo percurso da construção da política de Assistência Estudantil no Brasil.

Segundo Carvalho e Estrada (2022), alguns atores foram fundamentais nesse cenário ao contribuir significativamente para chegar ao PNAES. São eles: a União Nacional dos Estudantes - UNE, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior ANDIFES e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE.

Estes, em suas trajetórias contribuíram para que houvesse um reconhecimento da existência das desigualdades, segregações e condições de vulnerabilidade na sociedade do âmbito nacional, principalmente em meio a comunidade estudantil do ensino superior, buscando ações para possibilitar o acesso e principalmente a permanência dos estudantes no meio universitário (CARVALHO E ESTRADA, 2022, p. 14).

Ademais, algumas legislações também foram cruciais para políticas de acesso e permanência dos estudantes nos espaços formativos, como a Constituição Federativa de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei nº 9.394/96, no art. 3º (KOWALSKI, 2012).

Podemos perceber que não são recentes as ações na área da assistência estudantil. Foi preciso um longo percurso histórico de processo de luta para se chegar às políticas existentes na atualidade. Apesar da história da política de Assistência Estudantil no Brasil ser relativamente extensa, o seu fruto - PNAES, é uma política que foi instituída recentemente. Conforme Dutra e Santos (2017, p. 15) “A instituição do PNAES representou um marco e um importante avanço no que diz respeito à afirmação da política de AE no país, possibilitando uma aceção mais próxima de direito social.”

O PNAES é normatizado pela portaria do Ministério da Educação (MEC) de nº 39 de 12 de dezembro de 2007, na qual dispõe de instruções para sua aplicação e funcionamento, com previsão de implementação para a partir do ano de 2008. A sua

finalidade é a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Conforme o Art. 2, os do PNAES são:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, Decreto nº 7.234/2010).

O acesso e a permanência da educação no Brasil quase sempre foram voltadas para as classes dominantes. Ao analisar o texto do decreto que regulamenta o PNAES, se percebe uma significativa evolução em comparação com a realidade do passado. Contudo, é importante enfatizar que esta política não erradicou e nem eliminou as desigualdades no ensino superior público federal, apesar disso, se demonstra um importante caminho para se chegar ao horizonte da igualdade e permanência na educação pública na esfera do ensino superior.

As presentes desigualdades nas instituições públicas de ensino superior acarretam em diversas consequências nas vidas de estudantes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade:

[...] as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos. Nesse sentido, dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho [...] (VARGAS, 2008, p. 50).

Portanto, é crucial repensar e analisar o importante papel que o PNAES presta aos Institutos Federais, buscando condições para a equidade e igualdade através de auxílios para muitos discentes necessitam de suporte na caminhada acadêmica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente seção destina-se a explicar a pesquisa realizada através de uma entrevista com a assistente social do IFCE Campus Crateús e um questionário aplicado na turma do sétimo semestre do curso de Licenciatura em Geografia, 2023.1. A aplicação deste questionário teve por objetivo analisar a importância dos auxílios moradia, alimentação e transporte - previstos pelo PNAES. A respeito da entrevista com

a assistente social, objetivou-se conhecer de forma mais próxima a assistência estudantil prestada no Campus Crateús e o processo de seleção para o recebimento dos auxílios (haja visto que cada campus possui autonomia em relação aos critérios de seleção).

A tabela a seguir apresenta os dados quantitativos de discentes do curso de Licenciatura em Geografia que receberam os auxílios, desde o ano da implementação do PNAES no IFCE Campus Crateús - 2015, até o ano de 2023.

**Tabela 1** - N°. de alunos do Curso de Licenciatura em Geografia que receberam os auxílios.

Modalidade de Auxílios	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alimentação	3	5	1	-	-	29	9
Moradia	2	6	2	-	-	3	3
Transporte	3	4	7	-	-	9	10
Total	8	15	10	-	-	41	22

**Fonte:** Elaboração própria a partir de informações da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) - 2023.

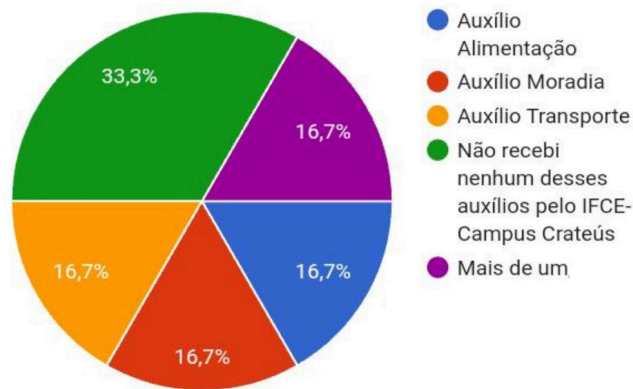
Cerca de 96 estudantes do curso de Licenciatura em Geografia (em todos os semestres) receberam os auxílios. Importante destacar que o quantitativo apresentado para o ano corrente é parcial, haja vista alguns alunos estarem em lista de espera com probabilidade de receberem, caso o campus receba suplementação orçamentária até a vigência do Edital de Auxílios 01/2023. Os anos de 2020 e 2021 foram pandêmicos, e pela ausência de atividades presenciais não foram distribuídos auxílios.

De modo estratégico, foi escolhida prioritariamente a turma do sétimo semestre (2023.1). Os estudantes deste semestre estão em uma condição de reta final nesta formação, possuem mais tempo de vivência e experiência no referente curso, tendo assim, uma quantidade maior na participação de processos seletivos dos auxílios. Logo, hipoteticamente possuem também mais propriedade para relatar a importância destes auxílios presentes no programa.

Dessa forma, foi elaborado um questionário no Google Forms, com perguntas quantitativas e qualitativas, onde buscou-se uma avaliação e depoimentos dos estudantes com relação a experiência que obtiveram ao longo da formação. Enfatizamos que prezamos pelo anonimato dos sujeitos, não sendo solicitado e-mail e nem

identificação dos/as colaboradores/as. Estabeleceu-se contato virtualmente com os estudantes da referida turma, no total, 15 estudantes responderam ao questionário. A seguir estão os gráficos que foram frutos das perguntas objetivas.

**Gráfico 1:** Percentual de auxílios recebidos pelos estudantes.



**Fonte:** Elaboração própria a partir de aplicação de questionário.

Este primeiro gráfico é resultado da seguinte pergunta: “Dentre os auxílios estudantis disponibilizados pelo IFCE - Campus Crateús, com qual(is) você foi contemplado(a) durante sua formação?”. Neste questionamento objetivou obter conhecimento sobre o percentual de auxílios que foram concedidos. Através desses dados podemos perceber que há uma significativa porcentagem (33,3%) de estudantes que não receberam nenhum dos tipos de auxílios supracitados. Isso, de certa forma, corrobora que infelizmente ainda há muita necessidade tanto de recursos financeiros para o PNAES, como de uma ampliação nos critérios de seleção. Ademais, os alunos que não recebem o financiamento estudantil podem muitas vezes estar em uma situação de dificuldades financeiras, que pode afetar diretamente sua capacidade de se concentrar nos estudos. A preocupação constante com despesas básicas, como moradia, alimentação e transporte, pode distrair os alunos de suas obrigações formais. Isto pode levar a um ciclo difícil, onde a falta desses recursos se tornam uma barreira ao sucesso educativo.

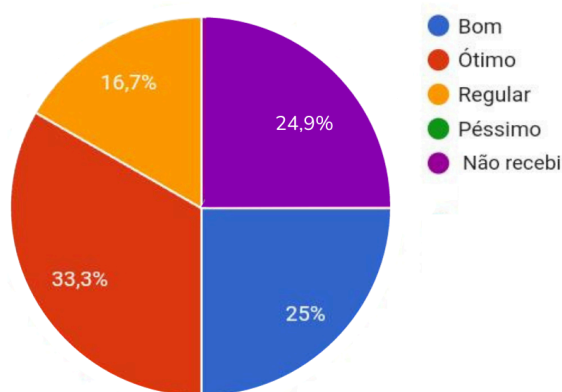
Vale ressaltar que um(a) estudante, que nunca recebeu esses suportes, relatou o impacto da ausência destes auxílios na sua experiência acadêmica e permanência ao longo do curso: “A ausência destes auxílios impactou negativamente, fazendo com que

eu tenha que dividir os estudos com trabalho, o que conseqüentemente provocou um déficit no meu aprendizado.”

Ainda convém mencionar que no formulário a grande maioria, cerca de 66,8% receberam/recebem auxílio. Isso é de extrema importância para a caminhada acadêmica de cada um dos discentes, na qual muitos estudantes têm uma realidade de vida divergente uns dos outros. Dessa forma, se faz necessário essa reflexão acerca dos 33,3% que não receberam nenhum dos auxílios - moradia, alimentação e transporte, durante esses anos no IFCE - campus Crateús.

Existe uma grande parcela de estudantes que necessitam desses auxílios e ficam na lista de espera, aguardando um chamado da CAE. É válido ressaltar, que a CAE não é responsável por dispor de recursos financeiros e sim o governo federal. É a partir da chegada de recursos financeiros no campus, que se realiza a destinação em forma de assistências para os discentes por meio de auxílios, com o intuito de ajudá-los no progresso estudantil.

**Gráfico 2:** Avaliação realizada pelos estudantes que tiveram os auxílios concedidos.



**Fonte:**Elaboração própria a partir de aplicação de questionário.

A pergunta que gerou este gráfico foi: “Para você que foi/é contemplado(a) com estes auxílios, como os avalia?”. Nesta questão tivemos por finalidade ter um panorama da percepção dos estudantes em relação aos auxílios. Desse modo, é notório que a parte em vermelho com cerca de 33,3% é considerada ótima para os discentes, o que corrobora a expressiva aprovação do programa pelos estudantes.

Cerca de 25% dos estudantes não recebem auxílio(s), hipoteticamente, pode dever-se-á aos próprios critérios de seleção do PNAES ou mediante investimentos limitados repassados para o Campus. O decreto nº 7.234/2010, traz em seu texto o Art.



5, que dispõe dos seguintes critérios: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.” Dessa forma, percebe-se em seus critérios que não é uma política para os todos os estudantes. É válido e coerente que sejam estas as prioridades. Porém, ainda há muito o que percorrer no quesito de ampliação da oportunidades de permanência, para assim contemplar mais estudantes em busca do sucesso acadêmico.

No questionário utilizamos ainda, uma pergunta subjetiva: “Qual a importância desses auxílios para sua permanência no Curso de Licenciatura em Geografia no IFCE Campus Crateús?”. Essa, teve o intuito de conhecer a opinião e a ótica que os licenciandos possuem sobre os auxílios. O quadro a seguir traz uma explanação dos relatos da seguinte pergunta:

#### Quadro 1 - Relatos dos discentes que receberam os auxílios (2023).

**Discente 1.** “Os auxílios são de grande importância para assegurar a permanência dos alunos da graduação, principalmente os que saem de outras cidades e precisam de moradia, alimentação ou transporte para dar continuidade aos estudos.”

**Discente 2.** “A presença desses auxílios é de grande ajuda, não só para mim mas também para meus colegas e para se ter a permanência dos universitários na instituição vai muito além do querer, está ligado muito ao poder, principalmente a questão dos gastos financeiros, onde percebemos o grande contingente de alunos que moram em outras cidades, outros que acabam tendo que se mudar, outros que tem que trabalhar para sustentar sua família, então é de grande ajuda a presença desses auxílios na vida do universitário para garantia de sua permanência.”

**Discente. 3** “Os auxílios são de extrema importância para a permanência no curso, principalmente para os estudantes que residem em outras cidades. Já fui contemplada com auxílio alimentação e transporte e posso afirmar que sem eles talvez eu não conseguiria me deslocar diariamente para o Campus já que vou e volto diariamente, fazendo percurso de moto pra pegar o ônibus escolar, então os auxílios me ajudaram tanto na locomoção, alimentação como também em casa.”

**Discente 4.** “Os auxílios são fundamentais na permanência no curso, principalmente para estudantes que tentam priorizar a vida acadêmica. A ausência desses auxílios faz com que muitos de nós tenhamos que nos tornar estudantes trabalhadores. Dessa forma, nossa formação acadêmica se torna prejudicada, decorrendo numa não inserção plena nas possibilidades que cursar o ensino superior proporciona. Por exemplo, muitos alunos sequer podem cogitar uma monitoria, participação em grupo de estudos, PIBID/prp ou qualquer outra atividade que demande tempo em contraturno por impactar no horário de trabalho.”

**Fonte:** Elaboração própria a partir de aplicação de questionário.

No relato dos/as discentes 1, 2 e 3, percebemos que é bastante enfatizado a importância desses auxílios para os estudantes que residem fora do município de Crateús. No IFCE Campus Crateús existe uma parcela significativa de alunos que

residem em outras cidades. É um fato que esses necessitam de traslado ou moradia para acessar e permanecer no campus, assim, os suportes financeiros para transporte, moradia e alimentação se constituem essenciais. Já no relato do/a discente 4, é perceptível o destaque da relevância desses auxílios como meio de assegurar a permanência e principalmente a oportunidade de estudantes participarem de bolsas e grupos de estudos. Sem os auxílios, muitos estudantes necessitam trabalhar, dessa forma, acabam ficando sem tempo e portanto sem a possibilidade de participar de outras formas de aprendizagens que vão além das disciplinas curriculares. Ademais, a divisão do tempo entre trabalho e faculdade também prejudica até mesmo o desempenho nas próprias disciplinas do curso, havendo assim, uma desigualdade por não poder se dedicar plenamente à formação. Esta realidade gera muitas consequências, uma delas são as reprovações e as evasões.

Sobre os auxílios estudantis, a assistente social do campus relata:

Levando em consideração a realidade regional, a qual o campus é localizado, os auxílios em forma de pecúnia se tornam extremamente essenciais para proporcionar o acesso, mas principalmente a permanência e o êxito dos estudantes nos cursos ofertados pelo IFCE – Campus Crateús. É importante destacar que a educação é pública e gratuita, porém é necessário que haja programas e ações voltadas para a efetivação desses princípios, sendo os auxílios uma ação, mas não única, destinada a efetivar a assistência integral aos estudantes (Rodrigues, 2023).<sup>3</sup>

O IFCE - Campus Crateús conta com o trabalho de muitos profissionais que trazem uma grande representatividade para a CAE. É necessário que toda a comunidade estudantil esteja envolvida e empenhada em buscar cada vez mais entender a realidade dos discentes. Diante exposto, é perceptível o quão fundamental é o papel que a CAE possui, promovendo processos de seleção, tirando dúvidas dos estudantes, realizando divulgações, entre outros serviços, e assim, atendendo cada aluno, que podem ter circunstâncias únicas e desafios específicos. Dessa forma, o diálogo com esta coordenadoria permite compreender melhor as necessidades individuais e assim fornecer apoio e assistência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>3</sup> Entrevista realizada com a assistente social do IFCE - Campus Crateús no dia 21 de novembro de 2023.

Neste trabalho buscou-se realizar uma análise da importância dos auxílios moradia, alimentação e transporte - regidos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no curso de Licenciatura em Geografia no IFCE - Campus Crateús. O PNAES é uma importante política pública na área da assistência estudantil, possuindo um papel significativo para a minimização das desigualdades na educação superior pública.

Pode-se considerar os Institutos Federais uma relevante política, que busca expandir e democratizar o acesso à educação. Dessa forma, eles são essenciais para as populações que estão em situação de vulnerabilidade e se encontram à margem do sistema educacional. Entretanto, a desigualdade no Brasil ainda é muito alarmante, sobretudo a desigualdade educacional, que continua a persistir em nosso país, e são derivadas da renda, da raça, do gênero, da localização geográfica, etc. Tudo se reflete na divergência de oportunidades, na permanência e êxito na vida acadêmica. Certamente, é preciso reconhecer toda a trajetória desses institutos e de suas importâncias nas suas políticas educacionais, porém, ainda há muito o que percorrer, principalmente no que se refere a caminhos para minimizar as desigualdades.

Acerca dos questionários aplicados, pode-se compreender o quão são necessários esses suportes financeiros, pois os relatos demonstram que o PNAES não apenas atende às necessidades básicas dos estudantes, mas também contribui para a construção de uma base sólida para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Ademais, a importância dos auxílios estudantis vai além do aspecto econômico, abraçando uma dimensão social que amplia a diversidade e as disparidades existentes entre os estudantes, desempenhando um papel ativo na remoção das barreiras que por vezes impedem indivíduos promissores de prosseguirem no ensino superior. Assim, com os depoimentos e gráficos observados, conclui-se que estes são de fato importantes para a permanência destes estudantes no Curso de Licenciatura em Geografia no IFCE Campus Crateús.

Apesar das limitações do programa, é notório os esforços para a democratização da educação. Contudo, vê-se a necessidade de mais investimentos financeiros em políticas educacionais destinadas à assistência estudantil, as quais podem contribuir na busca pela concretização da permanência para todos aqueles que necessitam. Com uma ampliação no quantitativo de vagas ofertadas, teremos mais discentes que fazem parte da classe trabalhadora contemplados com um dos seus principais direitos neste país: o acesso à educação superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portal.mec.com.br, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 43, de 2004; e pelas emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, ed. 23, 2004.

CARVALHO, Marinez de; ESTRADA, Adrian Alvarez. **A CONTRIBUIÇÃO DA UNE, DO FONAPRACE E DA ANDIFES NA LUTA POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES**. Revista Valore, [S.l.], v. 7, p. e-7058, set. 2022. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/622>>. Acesso em: 22 nov. 2023. doi:<https://doi.org/10.22408/reva602021622%0p>.

DUTRA, N. G. DOS R.; SANTOS, M. DE F. DE S.. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148–181, jan. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, **assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.